



## **ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR**

Vol. I (2000)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

### ***Notas sobre a importância da documentação neerlandesa seiscentista para o estudo da presença portuguesa no Oriente***

Natália Tojo

---

#### **Como Citar | How to Cite**

Tojo, Natália. 2000. «Notas sobre a importância da documentação neerlandesa seiscentista para o estudo da presença portuguesa no Oriente». *Anais de História de Além-Mar* I: 273-286.  
<https://doi.org/10.57759/aham2000.46992>.

#### **Editor | Publisher**

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

#### **Copyright**

© O(s) Autor(es), 2000. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2000. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

## NOTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO NEERLANDESA SEISCENTISTA PARA O ESTUDO DA PRESENÇA PORTUGUESA NO ORIENTE

por  
NATÁLIA TOJO \*

Depois de a primeira expedição organizada ao Índico, em 1594, por mercadores privados holandeses ter demonstrado as possibilidades de lucro que o comércio directo com a Ásia oferecia, surgiram, em várias cidades das províncias da Holanda e da Zelândia, companhias comerciais, independentes entre si, que tinham como objectivo alcançar na Ásia os centros produtores de especiarias. A proliferação de companhias privadas e a sua mútua concorrência traduziu-se, a curto prazo, num aumento dos preços das especiarias nos mercados asiáticos e numa quebra nos preços de venda na Europa <sup>1</sup>. Após um período de negociações, estimuladas pelos Estados Gerais da República junto das várias companhias, para que estas congregassem esforços e cooperassem entre si no sentido de fortalecer a posição holandesa no comércio asiático, deu-se, em 1602, a fusão das seis companhias então existentes num único organismo de natureza monopolista, a *Verenigde Oostindische Compagnie* (VOC).

A estrutura monopolista que caracterizou o comércio holandês com a Ásia foi arquitectada não só para prevenir o ressurgimento de rivalidades internas que impediam contornar com eficácia a hegemonia ibérica no abastecimento de especiarias orientais aos mercados europeus, como também para fazer da recém-formada Companhia um instrumento militar e político destinado a enfraquecer, longe das fronteiras dos Países Baixos, o

---

\* Investigadora do Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Cf. Charles R. BOXER, *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*, Londres, 1965, p. 25; Jonathan ISRAEL, *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness and Fall, 1477-1806*, Nova Iorque, 1995, pp. 320-321; Femme GAASTRA, *De Geschiedenis van de VOC*, Leida, 1991, pp. 16-23.

império Habsburgo com quem a República se encontrava em guerra de secessão <sup>2</sup>.

Uma carta de monopólio comercial compreendendo a área a Este do Cabo da Boa Esperança e a Oeste do Estreito de Magalhães, por um período inicial de 21 anos, foi outorgada pelos Estados Gerais das Províncias Unidas à VOC, sendo-lhe ainda delegado o poder de concluir tratados, fazer a guerra ou estabelecer alianças com príncipes locais e construir fortalezas na região sob a sua influência. O exercício de tais poderes soberanos conferia-lhe uma posição de grande autonomia face ao Estado e transformava-a num organismo de natureza singular e algo perturbante, pois, mais do que uma estrutura criada para fins meramente comerciais, a Companhia era, na realidade, um poderoso corpo mercantil investido de direitos de Estado <sup>3</sup>.

A Companhia Unida das Índias Orientais viu-se também dotada de um complexo corpo político-administrativo, encontrando-se organizada em seis câmaras (*kamers*) autónomas, estabelecidas nas cidades de Amesterdão, Hoorn, Roterdão, Enkhuizen, Delft e Middelburg, responsáveis pela sua própria gestão, a qual ficava a cargo de directores eleitos entre os principais accionistas. O edifício político unificador da Companhia assentava em princípios de natureza federal, sendo o seu principal órgão decisor a Assembleia dos Directores (*Heren XVII*, os dezassete cavalheiros), composto de representantes oriundos das seis câmaras. O número de representantes a que cada câmara tinha direito era proporcional à importância que cada uma detinha no aparelho político da Companhia, sendo a influência da câmara de Amesterdão esmagadora – nomeava oito dos dezassete directores –, o que não raramente condicionava a orientação político-económica da VOC e deixava espaço para o surgimento de conflitos de interesses entre Amesterdão e as restantes câmaras, sobretudo com a de Zelândia. Esta última era representada por quatro directores enquanto que as câmaras mais pequenas (Delft, Roterdão, Hoorn e Enkhuizen) por apenas um, sendo o décimo sétimo director eleito em parceria por todas as câmaras, com a excepção da de Amesterdão. A Assembleia dos Directores reunia duas vezes por ano na cidade de Amesterdão, por um período de seis anos consecutivos, sendo depois transferida, durante dois anos, para a cidade de Middelburg (Zelândia), regressando novamente a Amesterdão por mais seis anos <sup>4</sup>.

Extremamente detalhada quanto à organização que a Companhia devia assumir na Europa, a carta era, contudo, vaga em relação ao tipo de estru-

---

<sup>2</sup> Cf. Geoffrey PARKER, *Spain and the Netherlands 1559-1659*, Londres, 1979, pp. 54 e ss.; M. A. P. MEILINK-ROELOFSZ, «Aspects of Dutch colonial Development in Asia in the Seventeenth Century» (ed.) in *Britain and the Netherlands in Europe and Asia*, J. S. Bromley and E. H. Kossman, 1968, pp. 61-62; Jonathan ISRAEL, *Dutch Primacy in World Trade*, Nova Iorque, 1989.

<sup>3</sup> Cf. M. A. P. MEILINK-ROELOFSZ, *art cit.*, pp. 56-82; Femme S. GAASTRA, *op. cit.*, pp. 13-36; C. R. BOXER, *op. cit.*, pp. 25 e ss.

<sup>4</sup> Femme S. GAASTRA, *op. cit.*, pp. 20-23.

tura político-administrativa que representaria a VOC na Ásia. Com efeito, o cargo de Governador Geral só viria a ser criado em 1610, e, por sua vez, o Conselho da Índia (*Raad van Indië*), surgido em 1617 para prevenir quaisquer tendências discricionárias que pudessem surgir no exercício do poder dos governadores gerais, só em 1650 assumiria a sua forma definitiva.

A hierarquia dos poderes e as competências dos representantes da Companhia variava em função da importância estratégica e comercial dos diferentes territórios sob a sua influência directa ou indirecta na Ásia. Nos espaços onde exercia autoridade territorial, como Amboíno, Molucas ou Ceilão, a liderança ficava a cargo de um governador; nos estabelecimentos de importância comercial, no caso de Surat, Pérsia ou Bengala, era representada por um director; em regiões de importância militar, sendo de destacar o Malabar, a chefia era delegada num comandante; nas feitorias de menor importância, como no Japão, o representante da VOC era assumido pelo *Hopperhoofd* responsável pela feitoria.

A comunicação entre os diferentes entrepostos comerciais e possessões territoriais da VOC na Ásia e a Europa era mediada por Batávia, centro político-administrativo da Companhia no Índico desde a sua conquista, em 1619, por Jan Pietersz Coen.

### **Estrutura e Organização do *Algemeen Rijksarchief***

A delimitação temática e cronológica do programa de investigação que deu origem a este texto – representações da presença portuguesa no Extremo Oriente na documentação neerlandesa da primeira metade de Seiscentos –, ao excluir as fontes documentais que ultrapassam o âmbito nele definido, condicionou o processo de reconhecimento do acervo existente no núcleo da VOC e inviabilizou uma análise detalhada das espécies nele guardadas. Não obstante esta limitação, procurarei descrever a organização geral do *Algemeen Rijksarchief* (Arquivos Nacionais Holandeses) e traçar a tipologia e características das fontes da VOC respeitantes à centúria de Seiscentos que possam fornecer elementos novos para o estudo da história da expansão portuguesa na Ásia.

Na sua maioria, essa documentação encontra-se nos *Algemeen Rijksarchief* (ARA), em Haia, embora exista documentação em arquivos de antigas colónias, sobretudo na Indonésia (no *Arsip Nasional*, em Jacarta, a antiga Batávia). Os ARA estão organizados em secções (*Afdelingen*), a primeira das quais, a *Eerst Afdeling*, guarda a documentação relacionada com o governo central da República até 1795: Estados Gerais e Conselho de Estado (*Raad van Staat*), incluindo ainda o acervo documental das companhias comerciais holandesas, a VOC e a WIC. A consulta do primeiro destes núcleos é particularmente relevante para o estudo das relações diplomáticas entre Portugal e a Holanda, sobretudo para as décadas de 40 e 50 do século XVII, na medida em que nele se podem encontrar registos relacionados com armistícios,

tratados ou documentação referente aos diferendos existentes entre esses dois países acerca do Ceilão e a costa do Malabar <sup>5</sup>.

Na segunda secção (*Tweede Afdeling*) guarda-se a documentação do governo do país e colónias posterior a 1795. Por sua vez, o Arquivo Nacional da Província da Holanda do Sul, a terceira secção, inclui os registos dos *Raadpensionaris* (o mais alto oficialato da província da Holanda). Existe ainda uma quarta secção, a cartográfica, reunindo uma monumental colecção de mapas das regiões sob administração dessas companhias, e, após 1795, do ministério das Colónias. Para além do *Algemeen Rijksarchief*, existem arquivos, como os notariais, que possuem documentação imprescindível para o estudo das relações sócio-económicas entre Portugal e a Holanda, os quais se encontram, não em Haia, mas nas principais cidades, como Amesterdão ou Delft, embora estejam formalmente dependentes dos ARA <sup>6</sup>.

### **Tipologia e natureza do fundo documental existente no *Algemeen Rijksarchief***

Os Arquivos da Companhia Unida das Índias Orientais são constituídos por dois grupos distintos: os formados na Europa e os constituídos em feitorias ou territórios sob seu domínio directo, posteriormente transferidos para a Holanda. Informando sobre a estrutura organizativa da VOC, os registos das seis câmaras constituem os principais núcleos europeus. Devido à vastidão dos seus fundos documentais, os das câmaras de Amesterdão e Zelândia são os de maior relevância, sendo no entanto mais proveitosa a consulta dos primeiros do que a consulta destes últimos, por serem mais extensivas e substancialmente mais bem organizadas.

Grande parte do acervo pertencente aos arquivos do Governador Geral e Conselho da Índia em Batávia foi transferida para a Holanda em 1863, embora documentação importante relativa ao relacionamento entre os vários entrepostos da Companhia e Batávia tenha permanecido na Indonésia, integrando o actual *Arsip Nasional* de Jacarta. Foram também transferidos para a Holanda os arquivos das várias feitorias que possuíam na Índia, abarcando o período compreendido entre 1703 e 1826, e os da contabilidade geral de Batávia para o período de 1700 a 1801. Nos ARA encontram-se, ainda, os registos oriundos da feitoria de Cantão (1724-1826) <sup>7</sup> e os do Japão (1609-

---

<sup>5</sup> Sobre as fontes neerlandesas directamente relacionadas com Portugal que se encontram no Arquivo dos Estados Gerais da República, cf. Marius P. H. ROESSING, *Sources of the History of Asia and Oceania in the Netherlands*, vol. 1, Munique, 1982, pp. 61-63.

<sup>6</sup> O Catálogo *De Rijksarchieven in Nederland*, 2 vols., Haia, 1972, descreve em pormenor o conteúdo dos vários arquivos existentes na Holanda.

<sup>7</sup> J. L. PARANI, *Het Archief van de Nederlandse Factorij in Canton, 1741-1826*, Haia, 1972. Inventário policopiado disponível na sala de leitura dos ARA.

-1860)<sup>8</sup>. Toda esta documentação faz parte integrante do grupo dos arquivos da VOC formados fora da Europa, e actualmente existentes no *Algemeen Rijksarchief*.

Os arquivos da VOC são constituídos, na sua globalidade, por várias séries documentais: deliberações e instruções das seis câmaras e *Heren XVII*, cartas enviadas pelos directores da Companhia na Europa para a Ásia e as daí remetidas para a Europa; séries de natureza financeira, outras de natureza diversa e de mais difícil classificação, arrumada separadamente, e, por fim, a das comissões especiais criadas pela Companhia para o tratamento de assuntos específicos. As séries referidas (que a seguir serão discriminadas) foram classificadas por tipologia e lugar de proveniência.

**A)** As deliberações (*Resolutien*) mais não são do que as actas das decisões sobre a gestão da Companhia deliberadas em reunião pelos *Heren XVII* e pelos directores das seis câmaras; trata-se de textos genéricos, lacónicos e algo áridos, que ocultam quaisquer diferendos havidos a propósito da discussão dos vários assuntos em assembleia. Podem ser úteis para a compreensão de aspectos relacionados com a gestão administrativa ou com o programa político da Companhia e abordam o período compreendido entre 1602 e 1796. Das reuniões dos directores das seis câmaras somente as deliberações das de Amesterdão e Zelândia sobreviveram.

**B)** As espécies documentais reunidas sob o título *Uitgaande briefboek van de Heren XVII* e Câmaras compõem-se de instruções para a *octrooigebied* (área administrada pela Companhia na Ásia). Fornecem informações sobre a orientação política dos directores e agrupam as medidas políticas, económicas e administrativas a implementar na Ásia. As missivas endereçadas ao Governador Geral e Conselho da Índia (*Hoge Regering*) contêm instruções dos *Heren XVII* e a análise dos relatórios enviados de Batávia sobre as actividades da Companhia na Ásia. Esta correspondência não raramente permite detectar os diferentes pontos de vista existentes entre os directores e Batávia sobre as estratégias político-económicas a adoptar pela VOC na Ásia.

**C)** *Batavia's Uitgaande Briefboek* (1621-1792), conjunto de cópias de documentos enviados pelo Governador Geral e Conselho da Índia para a Holanda, constituído por cartas, deliberações e instruções enviadas de Batávia para os diferentes entrepostos, feitorias e comandantes de navios na Ásia assim como para príncipes locais. Tais cópias são bastante esclarecedoras do tipo de relacionamento desenvolvido entre Batávia e os territórios asiáticos que lhe estavam sujeitos, traduzindo orientações de estratégia político-económica da VOC; pode tornar-se proveitoso cruzar as informações

---

<sup>8</sup> M. P. H. ROESSINGH, *Het Archief van de Nederlandse Factorij in Japan, 1609-1860*, Haia, 1964. Inventário policopiado.

destes textos com a série *Uitgaande Brievenboek* dos *Heren XVII*, ao permitir perceber, sobretudo através da leitura das instruções dos directores para o *Hoge Regering* em Batávia, os desvios existentes entre as propostas dos directores da Companhia e o modo como elas eram assimiladas na prática.

**D)** *kopie resolutien* (1609-1627 e 1637-1791), enviadas pelo Governador Geral e Conselho em Batávia para a Holanda. Tal como as deliberações dos directores, as instruções de Batávia para os entrepostos da Companhia tratam essencialmente de aspectos administrativos mas pouco esclarecem quanto às linhas de força, a nível político, traçadas pelos órgãos decisores da VOC.

**E)** Os *Dagregisters* são constituídos por compilações dos diários escritos pelos funcionários da VOC acerca do funcionamento dos vários entrepostos que a Companhia possuía, sendo eles oriundos de Batávia. Embora só um pequeno número dos mesmos se encontre, de facto, em Haia, uma vez que a maior parte ficou depositada no *Arsip Nasional*, em Jacarta, encontram-se disponíveis em microfilme no *Algemeen Rijksarchief* (1683-1702), e publicados para o período compreendido entre 1624 e 1682.

**F)** Os *Overgekomen Brieven en Papieren* (*O.B.P.*) formam a mais extensa série dos arquivos da VOC e revestem-se de grande interesse para o estudo da presença portuguesa no Oriente e para a história da própria Ásia. As *Generale Missiven* e os relatórios das várias feitorias enviados para o Conselho das Índias e Governador Geral em Batávia constituem a trave-mestra deste conjunto documental. As primeiras, que são relatórios bianuais enviados de Batávia para a Holanda, apresentam textos densos, bem estruturados e particularmente detalhados, dotando-os por isso de características de reconhecido mérito para o estudo do envolvimento da VOC na Ásia. Por seu lado, os relatórios enviados pelas várias feitorias para Batávia fornecem dados preciosos para a compreensão da presença portuguesa na Ásia, devido à sua natureza vincadamente descritiva, e revestem-se de acrescido interesse quando se referem a territórios controlados pelos Portugueses, como eram os casos de Macau, Malaca ou Timor. Transmitem variadas descrições das actividades desenvolvidas pelas comunidades portuguesas no Oriente, sobretudo quando abordam assuntos de significativo interesse para a VOC, como sejam o lucrativo comércio chino-nipónico, o crescente envolvimento dos mercadores privados portugueses em Macáçar, Timor e Indochina, ou na descrição de entrepostos de importância estratégica e comercial, como Malaca e Macau, cobiçados pela Companhia Holandesa das Índias Orientais. As pistas que tal documentação sugere podem contribuir para um melhor esclarecimento dos aspectos da permanência portuguesa na Ásia ainda não convenientemente trabalhados pelos historiadores, como sejam a comparação do envolvimento português e holandês nas redes de comércio inter-asiáticas, o estudo dos desvios e proximidades existentes nas várias estratégias europeias de infiltração no Oriente ou, por exemplo, na análise dos mecanismos de resposta da comunidade mercantil portuguesa às

alterações políticas e económicas ocorridas na Ásia na primeira metade do século XVII.

Quanto à sua tipologia, os *O.B.P.* incluem, sobretudo, cartas, diários, correspondência com outros Estados asiáticos e europeus, diários de bordo das frotas da Companhia e relatos de viagens mercantis. As várias feitorias enviavam esta documentação para Batávia, que por sua vez a remetia para a Europa como anexos das *Generale Missiven*, os pormenorizados relatórios bianuais onde se analisava globalmente a situação da Companhia na Ásia. Na realidade, os *O.B.P.* são uma combinação da correspondência do Governador Geral para os *Heren XVII* e Câmara de Amesterdão, e existem para o período compreendido entre 1607-1794, e a documentação enviada dos entrepostos que se correspondiam directamente com a Companhia. Esta prolixa e complexa massa documental foi organizada e simplificada em várias categorias (que a seguir se indicam), o que não deixa, contudo, de criar alguns problemas numa primeira abordagem aos arquivos.

**F.1)** As *Generale Missiven* são, geralmente, extensas cartas onde os temas são tratados de acordo com uma sequência pré-estabelecida, abordando, em primeiro lugar a situação da actividade comercial da Companhia, seguido de uma descrição da dinâmica dos diferentes estabelecimentos que a mesma possuía. As cartas terminavam com o tratamento de matérias de natureza financeira e assuntos relacionados com os funcionários da VOC.

**F.2)** Documentos relacionados com a funcionamento dos negócios na Ásia, especialmente em Batávia, provenientes dos departamentos do Governador Geral.

**F.3)** Documentos originários do Tribunal de Justiça (*Raad van Justitie*).

**F.4)** Os documentos dos principais estabelecimentos da Companhia enviados directamente para a República, provenientes da região mais ocidental da Ásia, o chamado *Westerkwartieren*, englobam cartas, relatórios e instruções. Não abrangem todo o período de vigência da VOC, tornando-se contudo mais regulares a partir de 1730. Os estabelecimentos situados no *Westerkwartieren* (Índia, Ceilão e Pérsia) enviavam para Batávia cópias dos documentos que recebiam da República, assim como as cópias das cartas que remetiam para Amesterdão, textos que podem ser encontrados em duplicado no *Ingekomen briefboek uit Batavia*. Paralelamente, mandavam para a Holanda a sua correspondência e cópias daquela que mantinham com o Governador Geral e Conselho da Índia.

**F.5)** O *Batavia's Ingekomen briefboek* compila as cópias das cartas recebidas em Batávia, oriundas dos vários entrepostos da Companhia a partir de 1661, as quais, por vezes, incluíam em anexo instruções, diários e cópias de documentos vários; estas cópias encontram-se agrupadas de acordo com o lugar de proveniência, e tal como as anteriores reproduzem os arquivos mantidos pelos vários entrepostos da VOC, sendo fundamentais

para o entendimento do envolvimento comercial e político da Companhia na região. Nelas os assuntos apresentam-se tratados numa sequência pré-estabelecida, dando-se primazia às actividades comerciais, ao relacionamento político e diplomático com as soberanias locais e a notícias sobre a presença de outros povos europeus na região.

**F.6)** Cartas e outros diplomas expedidos da feitoria de Cantão pelos directores da Companhia e Câmara de Amesterdão, abarcando somente parte do século XVIII (1729-1794).

**F.7)** Documentos relativos à actividade da Companhia no Cabo da Boa Esperança, Pérsia e Surat, existentes no *Algemeen Rijksarchief*, para o período compreendido entre 1651 e 1794.

**F.8)** Finalmente, na colecção dos *Overgekomen Brieven en Papieren* encontra-se agrupado um conjunto de tratados assinados com povos locais, assim como outros tipos de correspondência mantida com príncipes asiáticos, sendo, na sua maioria, constituída por cópias traduzidas em neerlandês.

**G)** Documentação avulsa guardada em separado (*Afzonderlijk Gehouden Stukken*), de natureza diversa e de mais problemática catalogação. Estando organizada, em função da sua proveniência geográfica, em dois grupos, o europeu e o asiático. Quanto ao primeiro, ele está relacionado com a administração da Companhia na Holanda e foi classificado por assunto: estatuto legal da Companhia, relacionamento com outros países europeus, relatórios setecentistas sobre o declínio da mesma, etc. Quanto ao segundo, ele foi classificado segundo o mesmo critério, e forma-se, sobretudo, de tratados acordados com príncipes asiáticos, ou registos relacionados com o comércio na região organizados por lugar de proveniência, fornecendo um suplemento à documentação reunida na série *Overgekomen Brieven en Papieren*.

**H)** A documentação financeira da VOC encontra-se extremamente abreviada. Da destruição de que foi alvo na década de 20 do século XIX restam somente os livros de contabilidade do século XVIII, da Câmara de Amesterdão, assim como alguns documentos esparsos relacionados com a gestão financeira das câmaras mais pequenas.

**I)** Das comissões criadas pela VOC, as mais importantes são a *Haags Besogne* (1653-1796) e a responsável pela elaboração dos róis de equipagem das frotas com destino à Ásia, a *Commissie van de equipage* (1603-1803). Para além de todos os aspectos ligados à aparelhagem dos navios, esta comissão elaborava listagens de pessoal bastante completas, nas quais figurava o nome dos funcionários que partiam para as Índias, o seu lugar de origem, função e salário recebido, assim como o nome e a data de partida do navio em que embarcavam. A comissão *Haags Besogne*, instituída em 1653, tinha como tarefa a análise e sumariação da profusa correspondência

recebida da Ásia antes da reunião anual dos directores; sumários que eram posteriormente usados como minutas na elaboração das cartas de resposta às *Generale Missiven*, as quais formavam o livro de correspondência dos *Heren XVII* enviada para a Ásia, o *Kopieboek van Uitgaande Missiven van de Heren XVII*.

A consulta das séries cujo conteúdo se encontra sumariado pode ser proveitosa já que permite a rápida identificação dos assuntos tratados num determinado texto; para além das minutas traçadas na *Haags Besogne*, sugere-se a consulta dos índices das *Copie Resolutiën* do Governador Geral em Batávia (*Realia*), os quais mais não são do que os sumários das decisões tomadas pelo Governador Geral e Conselho das Índias. Contudo, não é supérfluo alertar para a possibilidade de se encontrarem referências a *resolutiën* nos *Realia* ausentes na série *Copie resolutiën*. Na origem desta discordância pode estar, por exemplo, o facto de Batávia não enviar para a Europa documentação considerada de interesse meramente local.

#### **Documentação reunida no *Nederlandse Factorij in Japan*: um Arquivo especial**

A documentação proveniente das feitorias holandesas no Japão encontra-se reunida no arquivo *De Nederlandse Factorij in Japan*. Refira-se que dos arquivos formados em feitorias ou em territórios sob domínio formal da Companhia na Ásia, só o proveniente do Japão sobreviveu intacto e repousa, tal como o grupo de arquivos da VOC organizado na Europa, no *Eerst Afdeling* do *Rijksarchief*, em Haia. O Arquivo, que permaneceu no Japão até 1852 (ano em que foi transferido para Batávia, fazendo a sua última viagem em 1862 quando foi enviado definitivamente para a Holanda), foi dividido em dois períodos, de 1609 a 1842 e de 1843 a 1860. Não obstante grande parte da documentação ultrapassar os limites cronológicos que definem o *Eerst afdeling*, encontra-se totalmente arquivada na primeira secção do *Algemeen Rijksarchief*. Tal como os arquivos europeus, a documentação oriunda do Japão foi classificada por tipologia e lugar de proveniência; resoluções e instruções, diários das feitorias de Hirado e Deshima e diários das viagens anuais à corte do xógum a Iedo, correspondência enviada e recebida, correspondência com as autoridades japonesas, agrupada numa série autónoma, e os livros de contabilidade, formam os núcleos de maior relevância existentes no *Nederlandse factorij in Japan*.

Os *dagregisters* constituem a mais interessante série para o estudo da presença portuguesa no Japão, por se tratar de uma documentação extremamente completa, embora nem sempre se encontre em perfeito estado de conservação. Os diários de 1637 e 1638 estão bastante deteriorados, ao ponto de serem praticamente ilegíveis, o que dificulta e frustra as expectativas de uma análise sobre a percepção holandesa da expulsão dos portugueses do

Japão; existe, contudo, uma cópia Setecentista do diário de 1638 (arquivada com o texto original) e, para o ano de 1637, uma cópia coetânea que cobre os meses de Outubro de 1637 a Abril de 1638, ou seja, o período em que decorreu a malograda revolta de Shimabara. Os diários de 1639 a 1641, também num estado de conservação deplorável, encontram-se acessíveis em cópia microfilmada. Exceptuando o diário de Pieter Muysen, para o ano de 1628, a década de 20 do século XVII não se encontra tão generosamente documentada como as posteriores, pelos funcionários da feitoria de Hirado, o que se deve, talvez, a uma ainda incipiente estrutura burocrática, a qual só se foi consolidando e complexificando nos anos 30. A situação da VOC em solo nipónico não era a mais encorajadora, sobretudo após a fricção entre os dois países motivada pelas pretensões japonesas na ilha Formosa, diferendos esses que levariam à expulsão temporária dos Holandeses do Japão, em 1628.

Para as primeiras duas décadas da permanência holandesa no Japão a correspondência entre Batávia e Hirado (firando nas fontes holandesas) pode ajudar a contornar a ausência dos registos diários. A consulta das *resolutiën* e *copie resolutiën* pode ser de grande utilidade, tratando-se de uma série extremamente completa e de fácil acesso (embora para o período em causa o seu estado de conservação não seja sempre o mais desejável) por possuir uma tábua dos conteúdos que permite identificar facilmente os assuntos a que se referem as instruções e deliberações oficiais. Os diários das viagens anuais à Corte do Xógum (*Hofreis*) existem a partir de 1633, constituindo relatos particularmente curiosos e extremamente valiosos para o estudo comparativo das relações diplomáticas entre Japoneses, Holandeses e Portugueses nos anos 30 do século XVII. É neles que, amiúde, se revela a impaciência e nervosismo dos Holandeses para com as exigências japonesas ou as dificuldades sofridas pelos funcionários da VOC no relacionamento com os representantes do Bakufu e onde surgem as mais amargas e perturbantes referências aos Portugueses. Finalmente, a série que agrupa a documentação de natureza financeira vai-se complexificando, à semelhança do que acontece com as outras séries documentais, a partir da década de 30 de Seiscentos.

#### **Acessibilidade da documentação no *Rijksarchief*: Catálogos e Inventários de Fontes**

Conhecer a natureza do fundo documental existente num Arquivo, como se encontra classificado, qual o seu estado de conservação e, no caso de existirem restrições na consulta dos originais, a existência e a qualidade das reproduções, permite uma mais rápida identificação e avaliação dos registos escritos existentes. Deste modo, a consulta dos catálogos e inventários de fontes torna-se incontornável e uma das necessidades mais prementes quando se inicia uma pesquisa de Arquivo. No caso dos arquivos da VOC criados na Holanda, pode ser útil saber-se que são constituídos pelo Arquivo dos *Heren XVII* e pelos arquivos das seis Câmaras que formavam a

Companhia, mas o facto de a documentação proveniente das menos importantes ser praticamente inexistente poupa esforços desnecessários.

O acervo documental existente nos arquivos da VOC, por se constituir largamente de cópias, assemelha-se a um conjunto de espelhos onde as imagens se vão reflectindo. Uma carta remetida da feitoria do Japão para o Governador Geral em Batávia chegou à Holanda inserida na série *O.B.P.*, enquanto que a respectiva cópia é arquivada pelos funcionários dessa mesma feitoria, passando a fazer parte integrante do seu Arquivo. Quanto à correspondência expedida de Batávia para o Japão, o original encontra-se nos arquivos da feitoria enquanto que a cópia pertence ao livro de cartas de Batávia, o *Batavia's Uitgaande Briefboek*. A reprodução coeva dos documentos permite não apenas que um determinado texto desaparecido, ou em mau estado de conservação num Arquivo, possa ser encontrado num outro, como também relativizar a impressão causada pela prolixa massa documental existente nos *ARA*.

Os arquivos holandeses possuem catálogos extremamente detalhados e de fácil consulta. Para os colossais arquivos da VOC foi elaborado e publicado um inventário, tarefa hercúlea levada a cabo entre 1937 e 1971 por M. P. A. Meilink-Roelofs, a quem se deve a actual estrutura do Arquivo<sup>9</sup>. Para além de inserir um inventário, a obra *De Archieven van de Verenigde Oostindische Compagnie (1602-1795)* traça, nos seus primeiros três capítulos, a história do acervo documental assim como a sua presente organização, tornando-a num imprescindível e actualizado guia dos arquivos. Importa salientar os dois volumes por que é constituída a obra *Rijksarchieven in Nederland*<sup>10</sup>, que, ao traçar a radiografia da documentação existente nos vários arquivos existentes no país, não se restringindo aos da VOC, permitem uma rápida adaptação aos Arquivos Holandeses. O catálogo *Sources of the history of Asia and Oceania in the Netherlands*<sup>11</sup>, muito pormenorizado, refere as fontes directamente relacionadas com a Ásia que integram os arquivos neerlandeses.

Nos *ARA* as reproduções microfilmadas são de fácil acesso público. A série documental *O.B.P.* encontra-se microfilmada e classificada por lugar de proveniência e tipologia; assim, por exemplo, encontramos a documentação oriunda de Taiwan agrupada e organizada tipologicamente por *resolutien*, cartas, *dagregisters*, etc., o que evita a consulta das várias categorias que formam essa vasta série. O fundo documental proveniente do Japão encontra-se igualmente microfilmado sendo a sua consulta mais acessível do que as espécies originais. A série de diários de Batávia, os *Dagregisters*

---

<sup>9</sup> M. P. MEILINK-ROELOFS, R. RABEN, H. SLIKERMAN, F. S. GAASTRA, *De Archieven van de Verenigde Oostindische Compagnie (1602-1795)*, Haia, 1992.

<sup>10</sup> L. P. L. PIRENNE, *De rijksarchieven in Nederland*, Haia, 2 vols., 1972.

<sup>11</sup> M. P. H. ROESSINGH (ed.), *Sources of the History of Asia and Oceania in the Netherlands*, Munique, 2 vols., 1982.

*gehouden in't Casteel Batavia*, para o período de 1683 a 1702, por não fazer parte dos arquivos holandeses constitui a mais importante série microfilmada aí existente.

### Edição de fontes

A monumental edição *Generale Missiven*<sup>12</sup>, que reúne de forma sumariada o mais importante núcleo documental existente na série *Overgekomen Brieven en Papieren*, por oferecer uma visão panorâmica do envolvimento holandês na Ásia, é a mais conhecida e valiosa coleção de fontes neerlandesas publicada e uma excelente introdução à pesquisa no *Rijksarchief*. A facilidade de manuseamento desta obra deve-se, por um lado, à qualidade dos vários e complexos índices de que dispõe, o que permite uma rápida localização dos assuntos abordados e, por outro, à possibilidade, devido à clara identificação das fontes, de confrontar o texto com o documento original manuscrito. Os diários oriundos da colônia holandesa da ilha Formosa, *Dagregisters van het kasteel Zeelandia (1629-1662)*<sup>13</sup>, encontram-se publicados em quatro volumes; para além dos índices de que dispõe, possui um glossário de vocabulário seiscentista que facilita a compreensão do texto<sup>14</sup>. A publicação dos diários de Batávia, *Dagregisters gehouden in't Casteel Batavia (1628-1682)*<sup>15</sup>, reveste-se de grande importância por estes não se encontrarem na Holanda e integrarem o acervo do *Arsip Nasional* de Jacarta. Os sumários das *Resolutiën, Realia*<sup>16</sup>, encontram-se também publicados e estão organizados alfabeticamente por assunto; embora as deliberações do Conselho (*Resolutiën*) se encontrem manuscritas, esta publicação pode ser de grande utilidade já que permite identificar os assuntos tratados pelo Governador Geral e Conselho das Índias em Batávia.

A descrição das Índias Orientais de Pieter van Dam (1621-1706), *Beschrijvinge van de Oost-Indische Compagnie*<sup>17</sup>, escrita a pedido dos *Heren XVII* entre 1693 e 1701, encontra-se também publicada. Embora esta descrição não assente na experiência pessoal do autor, van Dam teve acesso

---

<sup>12</sup> W. Ph. COOLHAAS e J. VAN GOOR (ed.), *Generale Missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, 9 vols., Haia, 1960-1988.

<sup>13</sup> L. BLUSSÉ (ed.), *Dagregisters van het kasteel Zelandia, 1629-1662*, 4 vols., Haia, 1986.

<sup>14</sup> Existe, todavia, um glossário de vocabulário seiscentista que importa referir, P. G. J. VAN STERKEERBRUG, *Een Glossarium van Zeventinde Eeuws Nederlands*, Groninga, 1977.

<sup>15</sup> J. A. VAN CHIJS (ed.), *Dagregisters gehouden op het Kasteel Batavia*, 31 vols., Batávia, 1887-1928.

<sup>16</sup> J. A. VAN CHIJS (ed.), *Realia. Register op de Generale Resolutiën van het Kasteel Batavia, 1632-1805*, 3 vols., Leida, 1882-1886.

<sup>17</sup> F. W. STAEPPEL, (ed.), *Pieter van Dam's Bescryvinge van de Oost-Indische Compagnie*, 7 vols., Haia, 1927-1954.

a toda a documentação proveniente da Ásia que, como zeloso funcionário que era, foi integrando como apêndices do texto. Este exaustivo relatório, escrito para uso interno dos directores da Companhia, não se trata de uma apreciação crítica do autor mas de uma consistente explicação oficial sobre o funcionamento institucional e a situação financeira da mesma, assim como a descrição das várias feitorias e territórios controlados pela VOC na Ásia.

### Conclusão

A documentação neerlandesa seiscentista, por se tratar de uma documentação coeva do envolvimento português na Ásia e possuir características distintas das fontes escritas lusas, pode trazer elementos novos que permitam uma mais complexa compreensão da presença de Portugal no Oriente<sup>18</sup>. Todavia, a sua utilização para o estudo da história da expansão portuguesa exige que se tenham em atenção as suas limitações, a maior das quais consiste na sua própria natureza, sendo ao mesmo tempo uma das suas maiores virtudes. Os registos da VOC traduzem, em última instância, a visão oficial das actividades da Companhia holandesa na Ásia, sendo discursos produzidos dentro do seu aparelho administrativo-burocrático, com tendência a sobrevalorizar aspectos considerados importantes para a justificação da sua implantação no Oriente, em detrimento de outros que interessa omitir ou mesmo distorcer. Avaliar a função destes registos – a intenção de quem os escreveu e para quem se dirigem – possibilita uma leitura mais lúcida da documentação em análise.

Quando a leitura desta documentação tem como fio condutor as representações holandesas da presença portuguesa na Ásia na primeira metade do século XVII importa considerar os desvios que separam as duas culturas e que condicionam a imagem que uma foi construindo da outra. Essas representações foram mediadas por uma grelha de valores não totalmente partilhada, num contexto de conflito de interesses. Os Portugueses identificam não só o *outro* na sua intrínseca diferença cultural mas, sobretudo, o *outro* a afastar, o inimigo (*vijand*) a combater; uma presença incómoda que punha em causa as estratégias holandesas de infiltração no Índico e comprometia os objectivos de domínio, por parte da VOC, das principais redes de comércio asiáticas.

O contexto de produção da documentação, assim como os desvios de perspectiva que separam as culturas portuguesa e holandesa no alvorecer do período moderno, condicionaram intrinsecamente a escrita do texto, sendo, em última análise, parte integrante da sua natureza. Considerar estes

---

<sup>18</sup> Sobre a importância das fontes neerlandesas para o estudo do envolvimento português no Oriente cf. George B. de SOUZA «Notes on the Algemeen Rijksarchief and its Importance for the Study of Portuguese Asian and Inter-Asian Maritime Trade», in *Itinerario*, vol. 4, 2 (1980), pp. 51-56.

aspectos não retira validade às fontes escritas como meio de compreensão do passado. A resposta das fontes neerlandesas para os problemas que levanta o estudo da presença portuguesa na Ásia depende, em grande parte, das questões que se lhe colocam e do criticismo com que se aborda o texto, pois como S. Arasaratnam bem sublinhou, ao analisar as potencialidades e limitações dessas mesmas fontes para o estudo da história asiática, «Just as there is never the perfect murder, there is also never the perfect distortion»<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> S. ARASARATNAM, «The Use of Dutch Material for South-East Asian Historical Writing» in *Journal of Southeast Asian History*, vol. 3, 1 (1962), p. 105.